

# Procon registra 4 mil denúncias

Desde o início do ano até a última segunda-feira, o Procon já recebeu quase quatro mil reclamações de pais e alunos de escolas particulares, referentes a aumentos abusivos das mensalidades. Esta é a principal queixa do consumidor de Brasília, registrada pelo órgão, que em outros períodos recebeu mais denúncias referentes a aluguel. Mas a "omissão do Conselho de Educação do DF e da Curadoria do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor" está sendo a principal dificuldade do Procon, segundo sua diretora, Elisa Martins.

Depois de encaminhar todos os processos para o Conselho de Educação, Elisa está recebendo-os sem que nenhuma providência seja tomada. Já a Curadoria, segundo a diretora do Procon, permanece sem se posicionar, embora o decreto 95.921 tenha sido assinado há mais de 40 dias, disciplinando os aumentos

de mensalidades escolares. Sua expectativa é de que a Curadoria, a partir de agora, passe a defender efetivamente o consumidor, no que se refere a estes encargos.

Quanto ao Conselho de Educação, ela defende sua "extinção", se este não "provar à população sua competência e utilidade". Para ela, a instância chega a estimular a desobediência civil, por não cumprir com o decreto presidencial que exige a limitação dos valores das mensalidades. "Nem mesmo nas questões pedagógicas, seja no ensino público ou particular, que é sua atribuição nata, o conselho tem sido competente e útil à população", afirma.

Na última segunda-feira, o Procon registrou 13 reclamações de pais e alunos de estabelecimentos particulares de ensino. Em outros períodos, o número diário de queixas já chegou a 60 e,

até agora, envolveram mais de 35 escolas, segundo levantamento preliminar do órgão. O recorde coube ao mês de março, quando foram anotadas 2 mil 729 denúncias. Do dia 1 a 23 de maio, 390 pessoas procuraram o órgão para apresentarem suas queixas.

Recentemente, o presidente da comissão de encargos educacionais do Conselho de Educação, Júlio Gregório, devolveu mais de 100 formulários informando que a fixação dos novos valores das mensalidades depende de acordo coletivo entre os sindicatos dos professores e dos estabelecimentos particulares de ensino. Gregório comunicou ainda a Elisa Martins que estava fazendo consulta ao Ministério da Educação sobre o cálculo das mensalidades de janeiro. De acordo com ele, a Sunab pode proceder à fiscalização destes encargos, sem necessitar de convênio com o CEDF.